

A greve dos professores no Paraná em 2015: política, subjetividade, resistência

Educational strikes in Paraná 2015: politics, subjectivity, resistance

Murilo Duarte Costa Corrêa*

Resumo: os ciclos de greves dos professores da rede pública de ensino do Estado do Paraná, que culminaram no trágico episódio repressivo de 29 de abril de 2015, foram atravessados por uma intensa disputa pela condução e pelo controle dos signos que se plasmariam na opinião pública. O governo estadual procurava alterar os significados sociais dos três eixos que, ao se confundirem ao infinito, compunham o potencial coletivo das greves dos professores do Estado: sua política, sua subjetividade e sua resistência. É ao redor desses três eixos, e de suas hibridações práticas, que se pretende analisar a conjuntura política dos ciclos das greves de 2015, descrevendo suas conexões inaparentes com as novas dinâmicas de manifestações populares, que encontram seu marco nos levantes que se iniciaram em junho de 2013, os processos de subjetivação envolvidos e as ramificações locais das lutas do público e do comum contra medidas de austeridade. Para tanto, o texto se vale do método de análise da conjuntura política que envolve o episódio de 29 de abril, fundada teoricamente em categorias filiadas pós-estruturalismo contemporâneo – sobretudo à obra de Michael Hardt e Antonio Negri – e empiricamente na análise de crítica de artigos de jornais, periódicos e *sítes* a respeito do objeto de estudo.

Palavras-Chave: Greves. Estado do Paraná. Movimentos Sociais. Contemporâneos. Análise de conjuntura.

Abstract: The educational strikes in Paraná, which resulted in the tragic repressive episode of April 29th 2015, were crossed by an intense dispute to conduct and control the signs from which public opinion would later emerge. The State government tried to modify the social meaning of three political axes consisting in the collective potential of those strikes: their politics, subjectivity and forms of resistance. Concerning these three axes, and their processes and practices of hybridation, this essay aims to analyse the political conjuncture of 2015 strikes in Paraná, describing their unapparent connections to the new dynamics of contemporary social movements, since the mass protests of June 2013 in Brazil, the subjectivation processes implicated and the local ramifications of political battles against austerity and *pro* public and common solutions. Therefore, the method of conjuncture analysis is mobilized within contemporary post-structural categories, concerning mainly the works of Michael Hardt and Antonio Negri, as

* Doutor (USP) e mestre (UFSC) em Filosofia e Teoria Geral do Direito. Professor Adjunto de Teoria Política do Departamento de Direito de Estado e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: mdc.correa@gmail.com.

well as the critical analysis of newspaper, periodic and websites related to the object of research.

Keywords: Strikes. Paraná State. Contemporary Social Movements. Conjunctural analysis.

Recebido em: 13/08/2015. Aceito em: 06/07/2016.

Introdução

O objetivo deste ensaio é oferecer uma possibilidade de análise de conjuntura dos ciclos de greve que resultaram no trágico episódio repressivo do dia 29 de abril de 2015, que ficou conhecido como “massacre” dos servidores e professores do Estado do Paraná (GADINI, 2015, p. 14-15). Para tanto, utilizamos o método de análise da conjuntura política que secunda o dia 29 de abril de 2015, desenvolvendo-a a partir de categorias referentes ao pós-estruturalismo contemporâneo com especial destaque para as extraídas da obra de Michael Hardt e Antonio Negri, bem como de alguns de seus principais intercessores.

Propomos uma tal avaliação a partir de pesquisa documental baseada em artigos de jornais, periódicos e sites a respeito do objeto de estudo para traçar uma descrição do cenário político (tema do primeiro item, “Itinerários...”) e da articulação entre subjetividade e resistência políticas (item 3, “Subjetividade e resistência: o comum entre as classes e a multidão”), apreciadas sob os quadros conceituais dos marcos de fundamentação teórica já apontados.

O que conduz da análise de conjuntura aos temas da subjetividade e da resistência políticas é a descrição da relação das dinâmicas das greves dos servidores e professores de 2015 no Paraná com os levantes de junho de 2013, tratada no item 2, “Política: o retorno do recalado”. A determinação dessa relação torna possível a discussão sobre os modos de constituição de subjetividades no nível da singularidade política conjuntural dos ciclos de greve: a hibridação entre a composição de classe no capitalismo cognitivo e a composição multitudinária dos protestos. Por fim, analisamos a relação das greves objeto deste estudo com as lutas pelo público e pelo comum como facetas positivas das demandas políticas anti-austeridade.

A hipótese geral de leitura da conjuntura política em que procuramos avançar consiste em verificar se as greves de servidores e professores do Estado do Paraná podem ser lidas como processos de classe singularmente abertos e porosos em relação a problemas comuns e multitudinários. Em nossa avaliação, que resulta na verificação positiva dessa hipótese, desenvolve-se em três níveis, que não apenas não podem ser dissociados (por força de sua relação de constitutividade recíproca) como são avaliados de forma articulada: os níveis político, de subjetivação e de resistência. Eis o que permite, ainda que segundo largos traços, esboçar os vínculos entre a singularidade dos ciclos de greve sob análise e demandas de caráter mais global, concretizadas localmente, como as lutas anti-austeridade, por exemplo.

Itinerários...

Era outubro de 2014. Ao contrário do tenso embate eleitoral que definia o cenário nacional, no Paraná tudo parecia estar resolvido: o governador Beto Richa era reeleito no primeiro turno, com quase 56% dos votos válidos (CARAZZAI, 2014) enquanto Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) polarizavam a disputa pelo segundo turno das eleições majoritárias. Ao mesmo tempo em que era eleita a composição mais conservadora do Congresso Nacional desde 1964 (SOUZA e CARAM, 2014), o governador do Paraná era agraciado com a reeleição no primeiro turno e com uma composição imensamente favorável na Assembleia Legislativa do Estado. Dos 54 deputados estaduais eleitos, apenas 06 constituiriam oposição ao governo Richa (AUDI, 2014).

Em 06 de outubro de 2014, o governador foi à televisão regional afirmar que “as finanças estão em ordem” e que “o melhor ainda está por

vir”¹. Duas semanas depois dessa declaração promissora, a primeira medida de austeridade era adotada: o governo estadual determinava o corte de 30% nas despesas de todas as áreas do Estado, exceto Saúde e Segurança Pública (G1 PARANÁ, 2014a). O “melhor” por vir começava a ser definido em dezembro do mesmo ano (PARANÁ TV, 2014), com medidas de ajuste fiscal que majoravam as alíquotas do IPVA, do ICMS incidente sobre combustíveis, reajustavam valores de custas judiciais e promoviam uma discreta reestruturação de secretarias do Poder Executivo (em 2013, eram 29; em 2015, passariam a ser 26). A isso, seguiram-se a redução do orçamento da Defensoria Pública do Estado e a implantação da contribuição previdenciária para os servidores estaduais inativos. As medidas foram propostas pelos escalões superiores do Poder Executivo estadual e aprovadas pela Assembleia Legislativa do Paraná em regime de urgência sob as críticas da diminuta oposição. O pagamento do terço constitucional de férias de 2014 dos servidores públicos estaduais foi adiado por mais de uma vez (G1 PARANÁ, 2014b) e realizado apenas no fim do primeiro trimestre de 2015, já com os movimentos de greve em curso.

No início de fevereiro de 2015, o governo Richa envia duas mensagens executivas à Assembleia Estadual que previam, entre outras: (1) Medidas de natureza fiscal e parafiscal, como o parcelamento de débitos tributários e a “Nota Paraná” (iniciativa que visa a estimular a emissão de notas fiscais em operações comerciais e de consumo, evitando práticas de sonegação); (2) Medidas que afetavam gratificações por tempo de serviço dos servidores públicos da ativa, como o fim dos quinquênios (gratificação de 5% do salário-base incorporada à remuneração do servidor a cada cinco anos, até o limite de 25%) e a redução dos anuênios (gratificações devidas aos servidores a partir do 31º ano de serviço público, de 5% ao ano, até o limite de 25%); (3) Medidas que afetariam a Previdência dos servidores: estabelecia-se o teto da previdência social (R\$ 4.663,75 em valores atualizados) como limite às aposentadorias dos futuros servidores e cogitava-se a criação de um fundo previdenciário

paralelo, a ser gerido por entidade a ser criada (a PREVCOM), de modo que o servidor optante teria de contribuir com 11% da remuneração para o órgão gestor (o ParanáPrevidência) e 7,5% para a PREVCOM, totalizando 18,5% de desconto mensal sobre valor bruto da remuneração. Insidiosamente, as mensagens continham uma autorização para dissolver o Fundo Previdenciário dos atuais servidores (superavitário, àquele tempo, em aproximadamente R\$ 8 bilhões); (4) Outras medidas administrativas colaboraram para a instauração de movimentos de paralisação e de greve: por exemplo, a dispensa de 30% do pessoal contratado pelo governo Richa em regime precário (em regime de urgência, via processo seletivo simplificado) no início do ano letivo de 2015, sem perceber as devidas verbas indenizatórias – o que, segundo a APP-Sindicato, deixou as escolas públicas estaduais sem condições materiais e de pessoal para retomar as atividades em 2015; a subordinação de todas as Universidades Estaduais ao Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal do Estado, restringindo de forma inconstitucional o exercício da autonomia administrativa e financeira das Universidades, sem qualquer diálogo com a comunidade acadêmica (a não ser pela discreta participação de uma associação de Reitores, com baixa representatividade da pluralidade de interesses da comunidade acadêmica).

Tais mensagens foram enviadas pelo governador do Estado à Assembleia Estadual com pedido de urgência na tramitação e uma clara determinação aos deputados integrantes da base do governo para que sua apreciação se desse em “Regime de Comissão Geral” – regime mais célere, mas que cobra seu preço à democracia, ao subverter a ordinária discussão das matérias afetas não a comissões temáticas específicas (como de lei), mas a uma “Comissão Geral” que terminaria por legitimá-lo pelo procedimento.

Essas condições materiais determinaram que, no início de fevereiro de 2015, ocorressem reuniões entre dirigentes sindicais de diversas categorias, preocupados com a adoção de medidas e a inexistência de diálogo do governo com os setores da sociedade civil envolvidos. Entre os dias 06 e 11 de fevereiro, os professores das sete Universidades Estaduais do Paraná declararam greve, seguidos por muitos sindicatos de servidores daquelas instituições. No dia 10 do mesmo

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=48PFTL3u_KM>. Consulta em: 12 ago. 2015.

mês, era a vez do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) declarar greve e assumir a linha de frente. Ao lado dessas categorias, logo iriam unir-se servidores da Saúde e Agentes Penitenciários.

O que hoje ficou conhecido como “greve dos professores”, devido ao protagonismo da APP-Sindicato na organização e unificação das lutas, estabelecia-se com potencial para constituir uma greve geral do funcionalismo público do Estado. Esse deslocamento pregnante das lutas já era sensível na medida em que as assembleias das diversas categorias passavam a convocar os indicativos de greve não mais como “greves de categoria”, mas como assembleias para decidir sobre a “adesão à greve do funcionalismo”. É preciso reconhecer o papel precursor da mobilização universitária e o papel catalisador proporcionado pela adesão dos professores e servidores do Ensino Básico.

Enquanto a opinião pública era disputada pela assessoria de imprensa do governo Richa, pelos veículos da mídia tradicional e pelo movimento de contrainformação produzido pelos sites de sindicatos, políticos alinhados à pauta da greve dos servidores e multiplicado pelo poder de difusão das redes sociais, as medidas do governo seguiam sua tramitação extraordinária. A aprovação do regime de urgência e da Comissão Geral determinou que o movimento grevista, que já se concentrava nas imediações da Praça Nossa Senhora de Salete, no Centro Cívico de Curitiba, ocupasse a Assembleia Estadual bloqueando a discussão assemblear. Furtando-se ao diálogo, o governador declara, então, que o movimento dos servidores seria “antidemocrático”, e termina por chamar os servidores grevistas de “baderneiros”.

Essas duas alcunhas não são gratuitas e talvez revelassem mais sobre o governo daquele que as proferia do que sobre o movimento. Chamar os servidores grevistas de antidemocráticos não passa de uma projeção daquilo que o próprio governo Richa se tornava. Em um momento em que a opinião pública já conhecia as razões da greve e tomava o partido dos servidores e dos professores, Richa assistia a uma reviravolta no interior da Assembleia: enquanto tentava aprovar as medidas de austeridade a qualquer custo, percebia os primeiros efeitos da soma da mobilização dos servidores à formação da opinião pública: sua base aliada começava

a ruir; os deputados novatos e os preocupados com os ciclos eleitorais futuros eram cobrados pelos grevistas e obrigados a vergar-se à reduzida oposição. Operava-se um “racha” na base aliada ao governo Richa, que outrora podia massacrar a reduzida oposição, inflada agora com 22 deputados.

A primeira greve geral teve o claro mérito de rachar o consenso fictício que estruturava a base do governo, extorquindo um potente “efeito institucional” ao introduzir na ficção representativa dos mandatos eletivos um real ao qual nem mesmo a base assemblear do governo Richa pôde permanecer indiferente. Para Richa, e os deputados governistas, os manifestantes que ocupavam a Assembleia criavam um “obstáculo à reunião do Legislativo”; logo, um entrave à própria democracia. Porém, a contrapelo, a ocupação da assembleia pelos servidores em greve questionava profundamente a qualidade democrática das estruturas de representação estabelecidas, ao mesmo tempo em que fazia da ocupação do espaço físico da Assembleia uma forma eficaz de garantir o mínimo grau de manutenção das condições de procedimentalidade democráticas. A ação direta de ocupar – que as mídias tradicionais, não raro, se comprazem em qualificar como “invadir” – constituía a única ação coletiva não-violenta capaz de garantir que a Assembleia e Richa não destruíssem de uma vez por todas o princípio cuja violação imputavam aos manifestantes: o princípio democrático (GAZETA DO POVO, 2015a).

A segunda alcunha que Richa atribuiu talvez seja ainda mais reveladora: Richa chamou os professores de “baderneiros”, expressão de alta penetração na opinião pública, mas moralista e de todo imprópria, criada em junho de 2013 e repetida infatigavelmente pelas mídias de massa para designar os adeptos das ações diretas nas manifestações. Isso se deveu ao fato de os servidores terem “invadido” a Casa do Povo. É nesse ponto, em que a greve geral se aproxima da estética da ação direta e da estratégia da ocupação, que se pode perceber que uma linha de fuga de junho de 2013 talvez atravessasse por onde menos se espera: nas greves paranaenses de 2015.

Nas últimas semanas de fevereiro, parecia já não haver mais razões para manter a greve. O governo do Paraná havia cedido tanto à pressão

dos trabalhadores do Ensino Básico quanto à dos servidores do Ensino Superior. No mesmo dia em que mais de 50 mil pessoas participaram de uma das maiores mobilizações da história do Estado do Paraná e da cidade de Curitiba (RPC, 2015a), o Secretário da Casa Civil, Eduardo Sciarra (PSD, e ex-coordenador da campanha de Richa à reeleição) veio a público afirmar, após os primeiros dias de negociações com a APP-Sindicato, que o governo havia não apenas esgotado a pauta dos servidores, mas avançado para além dela. Em 10 de março, com os sucessivos recuos do governo Richa e com a questão previdenciária suspensa para estudos – frutos da ocupação da Assembleia –, a APP-Sindicato suspende a greve. Nos dias seguintes, é acompanhada pelos demais sindicatos de servidores.

Alguns dias depois, tentando recuperar algo da aura prestigiosa, Richa concede uma entrevista ao Jornal Folha de São Paulo e reafirma o que constitui a pedra fundamental de sua compreensão pessoal sobre o conteúdo do interesse público: “O que interessa à população são as obras” (CARAZZAI, 2015b). Ao fazê-las, confessou ter endividado “ainda mais” o Estado – sintomaticamente, em um momento em que as investigações sobre a operação lava-jato traziam a lume a maciça e histórica participação de empreiteiras, e de empresas que atuam em colaboração com o Poder Público, em esquemas de corrupção sistêmicos e transpartidários. O governador dizia-se “corajoso” ao gastar mais do que se arrecada e fazia a responsabilidade pela deterioração das finanças estaduais retroagir ao governo Requião (PMDB), que teria deixado uma dívida de R\$ 4,5 bilhões, absolvendo-se, ainda, no contexto da crise econômica nacional: responsabilidade atribuída ao governo Dilma – embora, em 2015, a gestão de Richa entrasse já no quinto ano consecutivo.

Para explicar os recuos resultantes da greve, Richa disse à Folha que “houve um erro involuntário” na apresentação das medidas rechaçadas pelos servidores. Já à Gazeta do Povo, Richa admitiu que o fim do quinquênio dos servidores “foi colocado na pauta de negociações para negociar, para ceder” (GALINDO, 2015a). No dia 25 de fevereiro, o governador declarou que “voltaria atrás” no inessencial (quinquênios, anuênios, demais direitos sociais dos servidores) para conseguir aprovar o “essencial”: fundir os

fundos previdenciário e financeiro, escamoteando as reservas legalmente vinculadas à aposentação dos servidores e oriundas de desconto compulsório em folha.

No dia 25 de abril, a APP-Sindicato retoma a greve, que já havia sido novamente deflagrada pelas universidades estaduais diante da inclusão em pauta do projeto de lei que alteraria a forma de gestão dos fundos financeiro e previdenciário para regularizar o fluxo de caixa do Estado. As demais categorias de servidores convergem para a mobilização coletiva. A partir do dia 27, educadores, agentes penitenciários e profissionais de saúde mobilizam-se no centro de Curitiba e voltam a se concentrar na Praça Nossa Senhora de Salete, secundada por prédios da administração estadual e municipal. A resposta do governo do Estado é imediata: reunir ao redor da Assembleia Estadual um efetivo de milhares de policiais militares, oriundos de diversas regiões do Estado (PARANÁ ONLINE, 2015a), a fim de isolar os setores sensíveis do governo dos manifestantes, e dar cumprimento a uma liminar do Tribunal de Justiça que impediu o acesso dos servidores à Assembleia Estadual (CALSAVARA, 2015).

No dia 29, sob a justificativa de que manifestantes teriam tentado romper o bloqueio policial, as tropas de choque e os praças da Polícia Militar do Estado, sob o comando da Secretaria de Segurança Pública e do governo estadual, avançam contra os servidores utilizando munição de baixa letalidade disparada tanto do solo como do ar. Foram utilizados jatos d’água sob pressão, *spray* de pimenta, bombas de efeito moral e de gás lacrimogênio, munição de elastano, com o apoio tático de um helicóptero e de drones (veículos aéreos não tripulados). Embora as mídias tradicionais tentassem caracterizar o evento como um “confronto” – o que simbolicamente supõe equivalência de forças –, e a Assessoria de Imprensa do Estado, como o próprio governador, tenham considerado a atuação de suas polícias justificada (PARANÁ ONLINE, 2015b e ANTONELLI, 2015), o dia 29 de abril ficou conhecido pela desproporcionalidade e pela violência de um massacre que deixou mais de 200 manifestantes e cerca de 20 policiais feridos (Cf. PONTES, 2015, p. 97 e SCHMITT e BOROSKI, 2015, p. 140 ambos *in* GADINI, 2015).

Enquanto isso, no interior da Assembleia do Estado do Paraná, o projeto que alterava a

forma de gestão da Previdência dos Servidores era aprovado. Ele seria sancionado por Richa no dia seguinte, transformando-se na Lei Estadual n. 18.469/2015. Seu principal objeto era transferir 33.556 beneficiários da previdência estadual, com 73 anos ou mais, do Fundo Financeiro, mantido pelo tesouro estadual, para o Fundo Previdenciário, composto pelo desconto compulsório dos servidores ativos que ingressaram no serviço público do Paraná após 2003.

Após o dia 29, e a aprovação da Lei Estadual n. 18.469/2015, uma sensação ambivalente de luto e resistência passou a definir os caminhos da greve. De alguma maneira, havíamos testemunhado o inominável. Depois do massacre, o movimento de greve se fortalece junto à opinião pública ao mesmo tempo em que parece perder algo de sua potência específica. Vencida na questão previdenciária, a greve então se reduz à luta pela recomposição das perdas inflacionárias das remunerações dos servidores (a discussão sobre a data-base) – e dá origem a um processo de negociação permeado por ressentimentos e silêncios que só teria fim com a nova suspensão do estado de greve pela APP-Sindicato, em 9 de junho, depois de uma proposta governamental de adiamento da data-base.

É no interior dos ciclos de greve dos servidores do Paraná que foram atravessados pelo episódio repressivo do dia 29 de abril que se pode analisar a “greve dos professores” como um conjunto de processos de classe singularmente abertos e porosos em relação a problemas comuns à totalidade do corpo social. Sugerimos analisar a conjuntura das greves em três níveis: (1) o nível político, que não se limita à sua acepção representativa; pelo contrário, embora as greves de 2015 sejam protagonizadas por instituições sindicais, parecem fazer retornar, em seu interior, elementos dinâmicos, estéticos e estratégicos que remetem aos levantes nascidos em junho de 2013; (2) o nível da subjetividade ou dos processos de subjetivação: a constituição recíproca entre classes de servidores públicos organizados e o potencial multitudinário das manifestações em apoio aos servidores e professores seria capaz de revelar de um fundo político comum de resistência ao capitalismo cognitivo que encontraria nas classes organizadas seu ponto de catálise, e que tenderia à formação de subjetivações multitudinárias como resultantes desses fenômenos

de classe; (3) o nível da resistência, que permite descrever as lutas anti-austeridade como motores e elementos de agenciamento entre servidores, opinião pública e as singularidades que se organizam em multidão. Isso tornaria possível descrever não apenas um ponto de agenciamento entre lutas locais e globais, mas também entre lutas pelo público e pelo comum.

Política: o retorno do recalcado

As reações ao massacre do dia 29 de abril foram heterogêneas. Na edição do dia 30 de abril, a Gazeta do Povo, jornal de circulação estadual, publicava “Radicalismo e violência”, a resposta do “democrata, cristão e cumpridor de leis”, segundo autodefinição de seu autor, Beto Richa (2015), ao massacre do dia 29. Em síntese, o governador reiterava sua “intransigente postura de diálogo” e destacava que o projeto de lei que alterava o sistema previdenciário dos servidores não prejudica direitos dos funcionários, mas os assegura ao garantir a sustentabilidade financeira e atuarial do Fundo de Previdência a longo prazo. Em três curtos parágrafos, Richa justificou a ação policial do dia 29 de abril pela presença de “grupos isolados de militantes políticos e black blocs, armados de pedras, bombas caseiras e barras de ferro” que teriam atacado as forças policiais, que nada teriam feito senão defender-se, agindo como garante da atuação democrática dos deputados na assembleia². Ainda, fazia menção à existência de imagens que comprovariam “quem tomou a iniciativa dos atos de barbárie” e lamentava que inocentes, que participavam da mobilização dos servidores, tivessem sido vitimados por aqueles “infelizes acontecimentos”.

Na mesma edição, a direção da APP-Sindicato (2015) publicava “29 de abril: é dia de luto, é dia para se recordar sempre”. O texto ressaltava a responsabilidade do governador do Estado, do secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini (SD), e do Presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), pelo

² Como contraponto imediato, cf. a leitura crítica de Pontes (*in* GADINI, 2015, p. 82-99), que descerra a estratégia política e informacional por detrás do enquadramento (*framing*) dos eventos repressivos que marcaram o dia 29 de abril de 2015 como efeitos da suposta (e não confirmada) presença de adeptos da tática *black bloc* nas manifestações dos professores e servidores do Estado.

massacre, qualificado como ato ditatorial e intolerante para com o dissenso. Contrastava os atos de exceção que as polícias do Estado praticavam contra servidores e manifestantes do lado de fora dos prédios administrativos, enquanto a sessão legislativa da Assembleia seguia seu rito de “farsesca normalidade”, ao mesmo tempo em que comparava o massacre do dia anterior com os atos de violência do governo Álvaro Dias contra os professores em 30 de agosto de 1988. Ainda, na edição da Gazeta do Povo de 1º de maio de 2015, desmentiam as assertivas do governador ao afirmar que nenhum dos 14 detidos pela Polícia na manifestação do dia 29 faziam uso da tática *black bloc* ou foi autuado em virtude da prática de crime de dano ao patrimônio público ou privado, porte de arma ou artefato explosivo (BUBNIAK e GALINDO, 2015).

Dois meses mais tarde, uma pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Paraná Pesquisas com 1.344 moradores de 58 cidades do estado, entre os dias 20 e 24 de junho de 2015, e com 2,5% de margem de erro, apontava que 60,6% dos paranaenses atribuíam a responsabilidade pelos “excessos” ocorridos no dia 29 ao governador do Estado (RIBEIRO, 2015); apenas 9,1% os atribuíam a partidos e sindicatos. 69,1% afirmavam que, mesmo que houvesse adeptos da tática *black bloc* na manifestação, as ações policiais não se justificariam, e 80,1% consideravam as explicações do governo do Estado sobre o cerco policial ao Centro Cívico insuficientes.

Um mês após o massacre do dia 29 de abril, o jornal O Estado de São Paulo expunha o custo global da operação policial e auxiliava a compreender a real dimensão da violência empregada na suposta contenção dos manifestantes (LIMA, 2015). Segundo o relatório de gastos apresentado pela Polícia Militar do Paraná, a operação teria custado mais de um milhão de reais. Foram disparados 2.323 projéteis de elastano, 1.413 bombas de fumaça, gás lacrimogênio e bombas de efeito moral, 25 garrafas de *spray* de pimenta pelo contingente de 2.516 policiais que atuaram na operação. Destes, 1.661 policiais eram de Curitiba e 855 foram deslocados do interior, segundo o relatório do ex-comandante da PM, César Kogut. Em 2014, o governo do Estado – cuja capital sediava jogos da Copa do Mundo – havia destinado 6,3 milhões de reais para a compra de munição e artigos de baixa letalidade,

via inexigibilidade de processo de licitação, da Condor S/A Indústria Química (MENDES, 2015).

A Anistia Internacional Brasil (2015) caracterizou a atuação da polícia militar como “repressão violenta” e pediu, em nota, que as investigações sobre a ação policial contra um contingente de 20 mil pessoas que se reuniam no dia 29 de abril no Centro Cívico fossem céleres e independentes. Em resposta, o Ministério Público do Estado do Paraná criou um grupo de trabalho para colher informações sobre o cerco ao Centro Cívico e, no fim de junho, anunciou o ajuizamento de ações civis e penais em face de Beto Richa, Fernando Francischini e quatro coronéis da Polícia Militar, para apurar responsabilidades (AUDI e RIBEIRO, 2015).

É interessante notar como, entre os dois ciclos que a greve dos professores atravessou – fevereiro e abril/maio –, divididos pelo trágico marco de 29 de abril, a estratégia governamental para eximir-se das responsabilidades e desqualificar as reivindicações dos professores seguiu os procedimentos gerais utilizados durante o levante de junho de 2013 e todas as manifestações que se seguiram a ele. O governo estadual e sua assessoria de imprensa, e também os cyberativistas pró-governo Richa, tentaram arrefecer o potencial efetivamente político dos dois ciclos de greve vinculando-os a uma série de hipóteses negativas e reativas, separando suas forças daquilo que elas podem (DELEUZE, 2001, p. 69) a partir de três eixos privilegiados, que constituíam precisamente os focos potenciais de conversão das demandas das diversas categorias dos servidores públicos em demandas comuns.

Três foram as versões negativas da greve: no nível político, o governo do Estado procurou associar os atos de greve a signos que circularam socialmente em meados de 2013, como os da baderna, do vandalismo, da destruição do patrimônio público, desqualificando a greve como antidemocrática e ilegal. No nível subjetivo, a imagem dos professores em greve foi mais de uma vez associada à de baderneiros, integrantes de movimentos radicais, golpistas filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) ou ao Partido dos Trabalhadores (PT), que rezariam pela “cartilha do quanto pior, melhor”. A greve, segundo essa versão, possuiria um caráter partidário cujo único objetivo seria o de destituir o governo democrático de Richa. No nível da resistência, criava-se o mito

da classe metalista, ou da burguesia burocrática, de acordo com o qual os professores e demais funcionários públicos não passariam de sujeitos egoístas, interessados em manter privilégios econômicos inencontráveis entre outras categorias de trabalhadores e que desafiam a saúde financeira do tesouro estadual. Não casualmente, durante o último ciclo da greve, centrado sobre a discussão dos valores e da forma de pagamento da data-base dos servidores do Poder Executivo (aí incluídos os trabalhadores do ensino em todos os níveis, profissionais de saúde, agentes penitenciários, policiais civis e militares etc.), o Portal da Transparência do Estado passou a apresentar dois *hiperlinks* em destaque que davam acesso aos valores brutos pagos aos professores do Ensino Básico e aos docentes e servidores das Universidades, em ordem decrescente, sem distinguir entre remuneração-base, gratificações, funções comissionadas, valores extraordinários, indenizações etc., nem aos valores descontados compulsoriamente (GARCIA, 2015a e 2015b) – estratégia da qual os professores fizeram troça nas redes sociais (SILVEIRA, 2015).

Os três níveis que definem as três versões negativas governamentais se sobrepõem e interpenetram em um sentido unívoco para caracterizar os ciclos de greve como expressões egoísticas de um ponto de vista de classe, privado e oposto à consecução do bem público, relacionado às medidas de ajuste fiscal e à eliminação de privilégios de uma burguesia burocrática metalista que, de acordo com a estratégia governamental, deveria coincidir, aos olhos da opinião pública, com a classe de servidores em greve.

A sobreposição e a hibridação entre essas três estratégias produzia um duplo efeito que permite descerrar uma potência de análise dos movimentos de greve. Por um lado, essas estratégias procuravam destituir todo fundamento de legitimidade das greves, seja por meio do apelo ao antipetismo característico do corpo eleitoral paranaense das últimas duas décadas (GONÇALVES, 2014), seja pela conversão dos elementos políticos da greve em fatos sujeitos à apreciação da moralidade ordinária – a greve não passaria de baderna antidemocrática de professores avessos à ética do trabalho –, seja, por fim, pela eterna confirmação e chancela de todas estas características pela constituição mitológica dos profissionais da educação como

classe metalista. Em suma, o governo do Estado procurava deslocar sua responsabilidade política pela greve constituindo a narrativa de um suposto golpe sindical e partidário (fim último da greve), por meios ilegítimos (a baderna e o radicalismo antidemocrático, que turbavam a boa ordem das instituições), e se movia de acordo com atributos morais dignos de um egoísmo metalista de classe (lógica dos interesses imediatos).

No entanto, e apesar de tudo, em 30 de junho de 2015, a rejeição ao governo de Richa (PSDB) chegava a 84,7%, muito próxima da de Dilma (PT), na casa dos 87,1% (BARAN, 2015), e a gestão da Educação foi considerada ruim por 75,7% dos entrevistados – o pior desempenho entre as áreas sob a responsabilidade do governo estadual.

Como explicar que um governo tucano em um Estado cujo corpo eleitoral é marcadamente antipetista pode, ao mesmo tempo, atingir níveis de reprovação semelhantes aos do governo do Partido dos Trabalhadores em nível federal? Nossa hipótese é a de que os dois ciclos da greve dos professores devem ser descritos como processos singularmente abertos para problemas do comum – potencial genuinamente político, e não partidário, que o governo Richa identificou e estrategicamente procurou sufocar. Não por acidente, os três eixos sobre os quais agem as estratégias governamentais de formação de uma opinião pública refratária à greve coincidem precisamente com seus pontos de *virtù* e indicam, em certo sentido, o retorno diferencial de dinâmicas, estéticas e estratégias que nasceram nos levantes que se seguiram a junho de 2013.

O que explica que as estratégias governamentais tenham conhecido um relativo, porém amargo, fracasso, comprovado pelos índices de rejeição crescentes no fim de junho de 2015, e que o movimento sindical não tenha sido completamente derrotado – apesar dos reveses pontuais nas questões previdenciária e da data-base – consiste em junho de 2013 ter sido um aprendizado que os sindicatos, por vias institucionais regionais e locais, incorporaram às suas formas de protesto à sua maneira. A estratégia governamental de associar as greves à baderna, ao radicalismo, à violência ilegal e até mesmo ao uso jamais comprovado da tática *black bloc* durante as manifestações dos professores provaria, pela negativa e pela inversão, o retorno do recalçado

– isto é, que os conteúdos comuns represados desde junho de 2013 repetem-se nas greves de 2015 sob formas diferentes, híbridas e vinculadas a lutas regionais de classes específicas, sem perder seu potencial expansivo, integrador e comum.

O movimento sindical aprendeu com junho, com o ciclo global de lutas com que junho estava conectado por ressonância, e mostrou-se capaz de reconfigurar seus modos de combate político. Parte do inconsciente político que transbordou nos levantes que se seguiram a junho de 2013 exigia tanto investimento na Educação Pública quanto nos estádios da Copa do Mundo, no bojo das demandas coletivas por “serviços públicos padrão FIFA”.

Em 2014 e 2015, o *slogan* do último quadriênio do governo Dilma passou a ser “Brasil, pátria educadora”; apesar disso, e de os investimentos federais na área de Educação terem passado de R\$ 36,4 bilhões, em 2004, para R\$ 101,9 bilhões, em 2013, chegando a 6,6% do Produto Interno Bruto, nada disso parece se refletir na percepção social ou institucional sobre a qualidade do ensino – basta comparar o aumento dos investimentos com o caráter ainda precário das metas e desafios constantes da versão preliminar do Relatório Educação Para Todos no Brasil (2000-2015) (MEC, 2014, p. 79 e p. 115-121). Ainda em 2015, tanto o governo federal quanto o governo estadual estenderam a áreas sensíveis, como a Educação, suas medidas de austeridade (FOREQUE, CRUZ e VERSANI, 2015 e APP SINDICATO, 2015). Portanto, não deveria surpreender que em 2015, via servidores públicos da educação, o tema reemergisse do inconsciente político coletivo em contextos aparentemente inesperados.

O que aproxima a greve dos professores das manifestações de junho são características estratégicas, táticas e políticas. O uso das estratégias de acampamentos e ocupações, que permanecem em um lugar e se recusam a sair, como o potencial de abertura ao comum (HARDT e NEGRI, 2014, p. 13-15) que as lutas pela educação encerram deu uma nova vitalidade ao movimento sindical desses setores. Embora muito pouco nas formas sindicais de organização – com seus representantes, diretores, reuniões e assembleias de associados – lembre a inteligência multiforme e de enxame das multidões

de singularidades (HARDT e NEGRI, 2005, p. 139), o potencial de abertura para o comum, que permaneceu como o fundo inaparente da greve, encerrava uma capacidade de agenciar-se com a multidão que poucas greves de outras categorias possuem.

Ainda que os sindicatos, e sobretudo a força quase multitudinária da APP, aparentemente centralizassem as decisões sobre declaração, suspensão, estado de greve, organizassem os acampamentos e as ocupações, e ainda que houvesse pautas comuns à totalidade do funcionalismo público estadual, o que aproxima a greve das dinâmicas de junho é que movimentos sociais sempre podem funcionar como focos de catálise: centros mais ou menos difusos ao redor dos quais se operam unificações precárias, agregações temporárias, agenciamentos coletivos de singularidades que não podem mais ser reduzidas à categoria dos professores ou dos servidores públicos, mas singularidades desprovidas de qualquer título ou predicado que intervêm nas manifestações, circulam pelos acampamentos ou se sedentizam nas ocupações. Os professores envolviam seus alunos; os alunos, seus pais e amigos; os servidores, seus familiares; os sindicatos, outras categorias e pessoas estranhas à identidade sindical originária. Exemplar disso é que a ocupação da Praça Nossa Senhora de Salete atravessou o carnaval e resistiu à semana de festas, com a participação de agentes culturais e grupos de música que se apresentaram em apoio à luta dos professores (CARAZZAI, 2015a). Após o dia 29 de abril, o círculo de solidariedade social aos professores generalizou-se ainda mais – como, em geral, ocorre com os movimentos não violentos reprimidos com violência policial (CASTELLS, 2013, p. 168).

Ao mesmo tempo em que a praça se mantinha ocupada, os sindicatos produziam contrainformação em *sites* e perfis em redes sociais, assim como os professores e seus apoiadores mantinham-se ativos na Internet. Desse modo, a pauta dos professores, clara e aberta ao comum, com potencial catalisador e de integração, passava a ser conhecida pelos paranaenses e podia ser confrontada com as informações providas pelas mídias tradicionais e pela assessoria de imprensa do governo do Estado. Contra a mitologia das categorias metalistas, os professores não cessaram de demonstrar a relação entre a

preservação de direitos constitucionais dos servidores públicos e a prestação de serviços públicos de qualidade: demanda do comum. Em fevereiro de 2015, a APP-Sindicato procurava mostrar que diante do corte de investimentos, da demissão de professores e da falta de funcionários, não havia condições materiais para iniciar o ano letivo em muitas escolas (G1 PARANÁ, 2015). Eis um dos pontos materiais em que os interesses de categoria ampliavam-se em preocupação comum com a prestação de um serviço público.

Por certo, o papel organizativo dos sindicatos foi central para manter mobilizações que perseveraram durante meses. No entanto, a horizontalidade de 2013, quase desaparecida, reencontrava um nicho nas assembleias sindicais. As operações de polarização política e os efeitos de catálise que os representantes sindicais produziam estabeleciam-se muito mais no sentido de deixar-se atravessar por expressões desejo coletivo real que movia as singularidades que formavam as classes do que no sentido das ficções burocráticas e consensos eleitorais que as greves procuraram expor e destituir.

Enquanto o governo Richa tentava apoiar-se nos consensos eleitorais das oligarquias políticas estaduais e desqualificar as greves como operações orquestradas de partidos políticos de oposição, as greves mostram-se políticas não apenas em sentido programático. No primeiro ciclo de greves, o acampamento dos professores na Praça Nossa Senhora de Salete e a ocupação da Assembleia Legislativa do Estado, impedindo a votação do projeto de lei que retirava direitos sociais dos servidores públicos, não apenas provocou um impasse, mas tornou as demandas visíveis tanto para a sociedade paranaense como para os detentores de mandatos eleitorais.

Toda a crítica à legitimidade dos mandatários eleitos tornou a Assembleia Legislativa permeável a muitas das demandas dos servidores e permitiu revelar o sentido radicalmente prático e político da greve: rachar o consenso eleitoral que formava a base assemblear de Richa, apresentar os mandatos políticos como ficções convenientes às oligarquias eleitorais e econômicas, desafiar a lógica da representação em favor de um sentido mais profundo e social de democracia baseada na ação política coletiva (RANCIÈRE, 2014, p. 121).

Com isso, as greves conseguiram produzir efeitos de real nas instituições governamentais.

Favoreceram, por exemplo, que os deputados forjassem um novo consenso interno que deu fim ao regime de comissão geral; fortaleceram a diminuta base de oposição ao governo Richa, que passou de 06 a 22 deputados; logrou manter boa parte dos direitos sociais dos servidores que eram ameaçados pelo “pacoteço”, ficando relativamente vencida nos temas da forma de gestão dos fundos previdenciários e do pagamento da data-base dos dois próximos anos. Depois do dia 29 de abril, a comoção social e política levou à queda dos secretários da Educação e da Segurança Pública, bem como do Comandante da Polícia Militar do Paraná – sem falar na constituição de uma maciça rejeição popular ao governador Beto Richa, que poucos meses antes elegia-se no primeiro turno.

O que parece afastar as greves dos levantes que se seguiram a junho de 2013 é seu viés institucional, sindical, aparentemente organizado a partir de um centro de irradiação e representação de classe. No entanto, as greves dos professores nem obedeceram aos movimentos sindicais clássicos, exclusivos de categorias, e fundados em hierarquizações entre classes, nem foram produzidas por um puro espontaneísmo horizontal. Por isso, dizemos que, se em junho de 2013 os jovens e alunos protagonizaram um movimento de transbordamento das redes às ruas, as greves dos professores e servidores paranaenses de 2015 demonstram que os professores aprenderam com junho, e com seus erros. A horizontalidade que aparentemente falta às greves de 2015 realiza-se como potencial de abertura e como híbrido entre a dinâmica organizativa das classes e a lógica de ressonância profunda da multidão.

Subjetividade e resistência: o comum entre as classes e a multidão

Jacques Rancière afirma que todos os Estados de Direito são oligárquicos (2014, p. 92) e que eles são portadores tanto de vantagens como de limites (*Ibidem*, p. 94). Neles, os direitos só podem ser qualificados como tais na medida em que são tornados reais: “[As] liberdades não são dádivas dos oligarcas. Foram conquistadas pela ação democrática e sua efetividade somente é mantida por meio dessa ação” (*Ibidem*, p. 95). Eis o que a tensão entre as medidas de austeridade

do governo Richa e a luta coletiva dos professores dá a ver: os direitos, mesmo quando assegurados do ponto de vista jurídico-formal, não passam de abstrações que, para devirem direitos, geralmente dependem de ações políticas diretas. Acampar na Praça, ocupar a Assembleia, passear como uma malta nômade pelas vias públicas ou tornar-se sedentário e resistir a partir de um lugar ocupado são processos políticos de desterritorialização e territorialização que arrastam singularidades consigo e agenciam processos muito heterogêneos de subjetivação coletiva.

Em junho de 2013, o Movimento Passe Livre surgia como suporte de catálise de demandas sociais comuns e difusas, paradoxalmente, na medida em que era detentor de uma pauta ao mesmo tempo autônoma, comum, clara e integradora (JUDENSNAIDER, 2013). Nos ciclos de greve de fevereiro e abril/maio de 2015, o potencial para estender-se pela totalidade das categorias de agentes do Estado, transformando-se em uma greve geral, colocava à prova o potencial negocial dessa forma híbrida de subjetivação de classe aberta ao comum e à multidão.

Ao mesmo tempo em que os sindicatos passam a agir como catalisadores de uma mobilização política que nasce no seio sindical, mas o transcende em direção a outras formas de vida e de relação social – potencial interno à conversão da educação em tema político –, tornam-se movimentos sociais mais abertos e menos fundados nas formas identitárias associadas às categorias de trabalhadores. Esse potencial de abertura a um *common ground* das lutas torna possível não uma simples conversão do movimento sindical em multidão, ou a cooptação da multidão pelas formas clássicas do sindicalismo, mas uma potência de agenciamento que permanece *entre* um e outro e gera processos de subjetivação política heterogêneos aos dois modelos. Sujeitos que se encontram *entre* as classes e a subjetividade multitudinária, apoiadores voluntários de uma causa de origem sindical e, ao mesmo tempo, penetrada por uma tendência comum, tomam sua parte de igualdade nos processos de resistência. Devir-comum que se opera no agenciamento *entre* os segmentos duros das classes e a segmentariedade molecular das singularidades multitudinárias (DELEUZE, 2008b, p. 151-162).

Na medida em que as pautas das categorias não deixam de ser singulares, mas tornam-se

porosas à generalidade e à horizontalidade de seus efeitos de poder, toda greve passa a encerrar o potencial de tornar-se uma greve em comum. Nesse nível inédito, a greve geral já não pode ser pensada como a construção isolada de uma categoria de trabalhadores, como interesse de classe privado e politicamente vazio: pelo contrário, ela passa a suportar os interesses de uma infinidade de classes “supranumerárias” em seu território comum, concretizado, não raras vezes, na luta pela melhoria da qualidade da prestação dos serviços públicos, ou na luta contra o desmonte do Estado de Bem-Estar social.

Classicamente, desde Marx e Engels (2008, p. 32-33), as classes se definem por uma unificação subjetiva gerada pela sua contraposição à exploração do trabalho pelo capital. Hardt e Negri (2005, p. 144-149) propuseram reler o conceito marxiano menos de seu ponto de vista excludente – que cristaliza a primazia do trabalho masculino, material, industrial e assalariado no conceito de “classe operária” – que de seu ponto de vista expansivo e aberto. Não se trata de tornar o conceito de classe menos empírico, ou mais distante da luta de classes, mas de re-ler sua gênese de uma forma ao mesmo tempo empírica e segundo seus lineamentos concretos, múltiplos e singulares compostos de acordo com um projeto político comum (HARDT e NEGRI, 2005, p. 147).

Trata-se de perguntar quais as condições materiais comuns que afetam as classes e, ao mesmo tempo, a multidão? Em torno de que pontos de concentração e catálise política uma classe pode forjar um território comum a si e ao que difere de si; um *entre* que a conduza para além de si mesma e que dê origem a subjetividades alinhadas à práxis política que efetivamente constitui seus direitos?

Isso não significa que o encontro entre classes e multidão em um terreno comum produza qualquer homogeneidade das formas de luta e de existência, ou a indiferença para com as diferenças, mas implica o agenciamento e a composição dessas heterogeneidades concretas sob um projeto político comum tornado possível, por um lado, pela abertura porosa das categorias a um comum que está em si e, a um só tempo, além de si; por outro, pela composição multitudinária com as pautas mais gerais e horizontais, para as quais as organizações sindicais e categorias

servem como pontos de singularização e catálise de processos mais abertos.

Eis o ponto em que a luta por conservar os direitos sociais dos servidores públicos da educação já não pode ser interpretada como o puro interesse metalista de uma pequena burguesia burocrática – tese negativa do governo do Estado. Antes, a luta pela efetividade desses direitos sociais constitui uma linha de fuga, opera uma abertura que cria vacúolos políticos de possível para agenciar-se com a multidão e com as lutas comuns em prol da Educação de qualidade, do aumento de investimentos na Educação Pública em todos os níveis, contra a privatização do ensino básico e superior, contra a destruição das utilidades sociais providas pelo Estado de Bem-Estar.

Em síntese, o que parece apresentar-se como interesse do servidor público não reflete um mero joguete de classe; pelo contrário: o interesse de classe consiste em uma singularização que vai ao encontro do que, comumente, nomeamos interesse público ou comum. O plexo de direitos sociais dos servidores públicos, protegido pelo princípio constitucional implícito da proibição do retrocesso em matéria social, não está na contramão do interesse público ou do clamor popular por serviços públicos de melhor qualidade – mas orienta-se no mesmo sentido das pautas difusas da multidão que inventou os levantes de junho de 2013.

Para compreender como podem operar as dinâmicas de subjetivação política que estão *entre* as classes e a multidão, talvez seja preciso lembrar que a multidão não se opõe às classes; pelo contrário, “A multidão é um conceito de classe” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 143) que se opõe tanto à indiferença unitária do conceito de povo quanto à fragmentação incoerente das turbas, das massas ou do populacho, incapazes de identificar elementos compartilhados ou comuns (HARDT e NEGRI, 2005, p. 139-140). Atualizando Baruch de Espinosa (2009), o primeiro filósofo político moderno a pensar a multidão como o sujeito político por excelência das democracias, Hardt e Negri (2005, p. 139) definem-na, de forma abstrata e geral, como “composta de um conjunto de *singularidades* – [...] um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade, uma diferença que se mantém diferente”. As multidões não são, portanto, compostas por

identidades, mas por processos de subjetivação e singularização múltiplos – mas nem por isso incoerentes ou incapazes de ação: “A multidão designa um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum. [...] sujeito social internamente diferente e múltiplo, cuja constituição não se baseia na identidade ou na unidade [...]”, mas no comum – “*carne viva que governa a si mesma*” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 140).

Como articular as diferenças e o comum sem homogeneizar as primeiras e sem destruir o potencial de agenciamento do último? Trata-se de não tratar as diferenças como elementos fixos de identidade, mas como o efeito de composições metaestáveis abertas a subjetivações pela via do comum. Ainda, evitar traçar o comum como uma linha homogênea que atravessaria as identidades de uma ponta a outra. O que negros, mulheres, indígenas, homossexuais e pobres, *a partir de* suas diferenças, e ao mesmo tempo *nas* suas diferenças, têm em comum? O fato positivo de afirmar a diferença específica de suas formas de vida ao mesmo tempo em que lutam contra as estratificações hierárquicas e de poder que os inferiorizam com base na identitarização de suas diferenças. Isso torna o processo político menos ambíguo do que parece à primeira vista: o comum constitui um sentido e uma potência política que atravessa pelas diferenças, sem unificá-las ou torná-las indiferentes entre si. Hardt e Negri (2005, p. 141) falam, por isso, em “acabar com o caráter limitador, negativo e destrutivo das diferenças e transformá-las em nossa força [...]”.

Os sindicatos de professores e servidores, na medida em que transformavam a luta pela conservação de seus direitos sociais na luta comum pelo ensino público, gratuito, de qualidade, com dignidade para os servidores da educação, e em todos os níveis – do ensino básico ao superior –, transformavam suas greves em um fértil campo de experiências para os múltiplos agenciamentos e os devires comuns que se operavam *entre* as classes e a multidão.

Que a educação constitua um tema político com potencial de abertura para o comum, não apenas já o justificamos abundantemente, como isto nos parece um fato incontestável. Menos óbvia, no entanto, é a provável razão pela qual a educação, como tema, e os professores e servidores do ensino público, como sujeitos

deflagradores de processos políticos que se operaram no intervalo entre as classes organizadas e as dinâmicas multitudinárias, constituem esse elemento comum que une as duas pontas da indignação política.

Como explicar o potencial para o devir comum da greve dos professores? Como se cria este espaço político real e pleno de virtualidades *entre* a organização das classes e sindicatos e o afluxo multitudinário? A greve dos professores fornece um quadro fértil para compreender em que sentido as classes atualmente se tornam conceitos biopolíticos e, ao mesmo tempo, sociais, econômicos e políticos. Autores como Hardt, Negri, Lazzarato e Boutang³ não cessaram de insistir que na medida em que o trabalho se torna hegemonicamente imaterial, sob um ponto de vista qualitativo, seria necessário repensar os lineamentos tradicionais da luta política contra a sua exploração pelo capital.

Nas últimas décadas do século XX, a hegemonia do trabalho industrial foi deslocada pelo trabalho imaterial, “que cria produtos imateriais, como o conhecimento, a informação, a comunicação, uma relação ou uma reação emocional” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 149). Isso implica que o modo de acumulação do capitalismo cognitivo tenha como principal objeto de acumulação “o conhecimento, que se torna a fonte básica de valor, assim como o principal *locus* no processo de valoração” (BOUTANG, 2012, p. 57). Mesmo as dinâmicas de consumo se alteram, de forma que consumir já não pode mais ser compreendido como comprar e destruir um produto ou serviço – como era para a economia clássica –, mas a manifestação de adesão a um universo de modos de ser construído pelos agenciamentos publicitários de enunciação (LAZZARATO, 2006, p. 100-101).

Ao lado do processo de acumulação, Yann Moulier-Boutang afirma que o modo de produção e as formas de exploração do trabalho vivo também se alteram. Embora o trabalho material não desapareça, o modo de produção do capitalismo cognitivo baseia-se no trabalho de cooperação dos cérebros humanos organizados em rede

por meio de computadores (BOUTANG, 2012, p. 57). Esse novo modo de produção capitalista, segundo Hardt e Negri (2005, p. 149), conceberia o trabalho imaterial sob duas formas essenciais, passíveis de interpenetrar-se, bem como de dar nova forma ao trabalho imaterial. De um lado, o trabalho imaterial configura-se como trabalho primordialmente intelectual ou linguístico; trata-se de produzir “ideias, símbolos, códigos, textos, formas linguísticas, imagens e outros produtos do gênero”. De outro, o trabalho afetivo, intimamente relacionado ao corpo e à mente, é o trabalho que, ainda de acordo com Hardt e Negri, “produz e manipula afetos como a sensação de bem-estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão”. Trata-se de produzir afetos, relações, formas de comunicação e cooperação, tecer as relações sociais e produzir formas de vida (HARDT e NEGRI, 2005, p. 152) – isto é, agir no tecido biopolítico da sociedade.

Ainda que o trabalho jamais tenha deixado de ser material, pois mobiliza corpos e mentes, seu produto e sua escala de valores é qualitativamente deslocada para referências imateriais – linguísticas, simbólicas, relacionais, afetivas etc. Por isso, consumir é mais do que comprar e destruir uma mercadoria, mas aderir a um universo e ao modo de vida que a constitui.

O capitalismo cognitivo transforma todo trabalho em trabalho biopolítico – trabalho que não apenas cria bens materiais, mas também relações, faz circular signos, engendra mundos e faz nascer afetos. Nesse contexto, Hardt e Negri (2005, p. 150-151) poderão afirmar que “as distinções tradicionais entre o econômico, o político, o social e o cultural tornam-se cada vez menos claras”; isso se deve ao fato de o trabalho imaterial ter se tornado hegemônico em termos qualitativos, impondo uma tendência a outras formas de trabalho social.

A hegemonia do trabalho imaterial altera as próprias condições de trabalho: a jornada torna-se etérea e indefinida, a divisão entre tempo de trabalho e tempo de lazer não apenas é dissolvida como, em alguns casos, conduzida à coincidência mais total possível. Se, no esquema cognitivo do capital, já não produzimos apenas quando trabalhamos, mas quando conversamos, amamos, repousamos ou sonhamos, a luta de classes deve ser desassociada do trabalho assalariado, na medida em que os assalariados tornam-se cada

³ Cf., e.g., (LAZZARATO e NEGRI, 2001), (HARDT e NEGRI, 2005, p. 143-205), (BOUTANG, 2012) e (LAZZARATO, 2006 e 2014), mesmo sob as críticas de Jacques Rancière (2014, p. 121-122), por exemplo.

vez mais próximos dos trabalhadores precários (sujeitos a empregos flexíveis, móveis e sem garantias de estabilidade) e os trabalhadores precários encarnam cada vez mais a condição paradigmática do trabalhador do século XXI.

Eis o índice de que a correspondência entre sistemas técnicos de produção em rede e a distribuição da composição social cria uma nova topologia do trabalho que termina por coincidir com as estruturas de exploração do trabalho cognitivo pelo capital (HARDT e NEGRI, 2005, p. 156). O elemento expropriado pelo capital aproxima-se mais da captura do valor construído pelo trabalho cooperativo e comum do que o produzido pelo trabalho individual ou coletivo.

Os professores e servidores da educação constituem uma classe de trabalhadores imateriais por excelência. O modelo de educação e de avaliação continuada – que Deleuze (2008a, p. 225) não hesitava em citar como exemplo do advento das sociedades de controle que se difundem nas primeiras décadas do século XXI – baseia-se no aprendizado cooperativo, contínuo, construtivo e transforma o professor na figura estruturante que deve mediar os processos de ensino e aprendizagem. Isso significa que o trabalho do professor não se esgota na preparação e repetição das aulas, mas é preciso que crie e proponha problemas que desenvolvam as capacidades específicas esperadas pela trama social a que os alunos serão devolvidos, medeie conflitos, provoque afetos conducentes ao aprendizado, à conversão do não saber em saber etc. O trabalho dos profissionais em educação é claramente cognitivo: a um só tempo, linguístico (para alguns, a tarefa do professor está relacionada à comunicação de um saber ou de um cânone), intelectual (que se baseia na posse e na capacidade de comunicar saberes) e afetivo – a escola não apenas medeia conflitos, ou promove relações de cooperação e aprendizado, mas introduz-se nos processos de individuação das crianças e jovens, intervém para criar modos de vida, ensinar e discutir os “fazeres” de uma profissão ou, na melhor das hipóteses, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, pode “criar rebeldes competentes” etc.

A educação não encerra um apelo tão intenso ao comum, nem favorece tanto um agenciamento entre classes trabalhadoras e seu “fazer multidão”, por outra razão: os professores e os

demais servidores da educação constituem uma classe de trabalhadores imateriais por excelência. Dão carne e vida à tarefa de constituir o nexo profundo entre as singularidades, suas diferenças, e o que há de comum entre elas. Os professores tramam a urdidura do tecido biopolítico que se confunde com o campo social.

As lutas dos professores são, portanto, combates travados no coração do capitalismo cognitivo e, a rigor, suas greves de 2015 encerraram as primeiras formas de resistência a medidas governamentais de austeridade no Brasil. O “pacoteço” jamais passou de um conjunto de medidas de austeridade impostas à população paranaense e aos servidores do Estado, aliado a mecanismos que, ao cabo, permitiram drenar do fundo previdenciário dos servidores somas significativas de recursos financeiros que continuam a financiar as oligarquias políticas do Estado. Entre o fim de 2014 e o início de 2015, a determinação de cortes de gastos aliaram-se a medidas de ajuste fiscal (geralmente, pela majoração dos principais tributos, tarifas e preços públicos estaduais), à violação dos direitos sociais de servidores e à financeirização do Tesouro do Estado do Paraná às custas do fundo previdenciário dos funcionários.

Quando o governo do Estado tentou desqualificar as greves como mobilização metalista, privatista e interessada de classe, buscava transferir a “obrigação” e a relação de “dívida” ao corpo social. O argumento governamental, sobre o suposto interesse financeiro dos professores, não se sustenta diante da mais superficial das análises. Basta comparar o valor do salário mínimo necessário, que em abril de 2015 correspondia a R\$ 3.251,61, segundo cálculo do DIEESE (2015), com a Tabela de Vencimento Básico e Remuneração do Quadro Próprio do Magistério do Estado do Paraná, disponível no *Portal do Servidor* (2015). A comparação permite perceber que o vencimento básico de professores ingressantes na rede básica de ensino público com jornada de 20 horas semanais começa em R\$ 1.236,61. Caso a jornada fosse de 40 horas, o vencimento seria de R\$ 2.473,22. No caso dos profissionais sujeitos a jornadas de trabalho de 20 horas por semana, apenas a partir da sexta classe do terceiro nível – faltando cinco níveis para o fim da carreira – o educador passaria a perceber remuneração equivalente ao salário

mínimo necessário calculado pelo DIEESE. No caso dos profissionais sujeitos a jornada de 40 horas semanais, o valor é atingido apenas na sétima classe do nível I (de um total de 11 classes), ou na terceira classe do Nível II (de um total de 11).

A remuneração dos profissionais contratados por Processo Seletivo Simplificado é ainda mais precária, variando entre R\$ 865,63 e R\$ 1.712,16, para profissionais sujeitos a jornadas de 20 horas semanais, e R\$ 1.731,26 e R\$ 3.424,32, para profissionais sujeitos a jornadas de 40 horas por semana. Isso equivale a dizer que praticamente nenhum professor contratado por processo seletivo simplificado, sob relação jurídica precária, recebe significativamente mais do que o salário mínimo necessário.

A recusa em pagar pela dívida se inicia quando os professores exigem seus terços de férias e indenizações por rescisão antecipada de contratos inadimplidos, condições dignas de trabalho nas escolas e universidades e resistem às alterações na gestão de seus fundos previdenciários pelo alto escalão do Poder Executivo. “O processo de subjetivação”, como quiseram Hardt e Negri (2014, p. 51) “começa com uma recusa”; eis o ponto em que, de uma só vez, a greve dos professores instalava seu primeiro ciclo a partir da recusa das medidas de austeridade do governo Richa que, pouco a pouco, viriam somar-se aos cortes aliados a aumentos de tarifas e preços públicos patrocinados pelo governo do Partido dos Trabalhadores na escala federal.

A resistência e a recusa à austeridade surgiam, portanto, em uma dimensão local ou regional, mas era das formas sociais da dívida que os governos e o capital não cessaram de tentar impor aos 99% que se pode extrair o elemento comum pelo qual as greves dos professores do Paraná agenciam-se com outros episódios localizados de paralisação de educadores, com a greve dos docentes federais, com a mobilização dos caminhoneiros, dos servidores da justiça, dos empregados de bancos públicos e privados e com a heterogeneidade de todas as demais formas de resistência à austeridade que nasceram no primeiro semestre de 2015 e devem estender-se durante o segundo.

Se nos esquemas neoliberais globais de poder tudo – dos salários ao gozo de direitos fundamentais – passou a depender da dinâmica

das flutuações dos mercados financeiros (HARDT e NEGRI, 2014, p. 75), ora as lutas contra a privatização do que é público tornam-se a principal configuração das lutas comuns, ora o deslocamento do público ao comum, consubstanciado na radicalização da participação democrática na gestão de bens comuns – entre os quais, a educação, e.g. – pode constituir a estratégia de luta contextualmente mais apropriada. Embora Rancière (2014, p. 80) afirme que a partilha entre o público e o privado só se institui para que a lógica privatista possa se apoderar mais eficazmente do que é público, e o Estado passe a ser o locus de sustentação das alianças espúrias entre oligarquias burocráticas e financeiras, nenhuma estratégia é inútil ou deve ser recusada para contestar essa distribuição.

Trata-se de não rejeitar as estratégias que afirmam o controle público contra o privado, ao mesmo tempo em que não devemos nos dar por satisfeitos com elas (HARDT e NEGRI, 2014, p. 110). Talvez não seja por outra razão que Jacques Rancière (2014, p. 81 e p. 121) qualifique o processo democrático como um conjunto de ações, entregues apenas à sua própria constância, capaz de trazer o universal – sequestrado pela distribuição que o subordina à lógica privada – de volta ao jogo político sob uma forma polêmica, entregue à impossibilidade de delimitar as esferas do político e do social.

Considerações finais

O dia 29 de abril de 2015 constitui uma singularidade irremissivelmente atrelada a processos globais de uma luta política ainda em curso. Segundo os próprios termos de sua especificidade concreta, que conecta o episódio repressivo do dia 29 de abril de 2015 aos processos mais gerais do desenvolvimento dos ciclos de greve dos professores e servidores, bem como o liga a lutas mais globais, sugerimos compreender a “greve dos professores” como um conjunto de processos de classe singularmente abertos e porosos em relação a problemas comuns à totalidade do corpo social.

Essa avaliação instrumentalizou-se por meio de uma análise conjuntural que permitiu retificar as teses negativas e governamentais que secundavam o movimento de greve e circularam nas mídias oficiais e tradicionais de massa como

referentes simbólicos para a formação da opinião pública. (1) No nível político, o erro a retificar seria o de limitar a leitura conjuntural à sua apreensão em um plano meramente institucionalizado e mediado pela representação política – foco da crítica radical que as ruas produziram em junho de 2013 e que os professores, servidores e apoiadores da sociedade civil paranaense parecem retomar localmente no curso de 2015. (2) No nível da constituição da subjetividade e dos processos de subjetivação, assistimos a um conjunto de processos de classe singularmente abertos e porosos em relação a problemas comuns à totalidade do corpo social. Isso permitiu corrigir a tese negativa governamental da “luta de classes” supostamente baseada em interesses egoístico-corporativos. (3) No nível da resistência, as aberturas e a porosidade dos processos de subjetivação e de classe na direção de demandas do comum permitiram descrever as lutas anti-austeridade como motores e elementos de agenciamento entre servidores, opinião pública e as singularidades que se organizam em multidão, retificando a tese negativa da greve como uma manifestação de classe em sentido estrito.

O que persiste no fundo dessa descrição da conjuntura política e da produção de subjetividade política no seio dos movimentos grevistas encontra-se na tese de que não apenas as greves de 2015 devem ser lidas como uma reatualização de demandas, pautas e estratégias de ação política presentes em junho de 2013, como a verificação de que os movimentos multitudinários de junho foram, para os movimentos sociais mais tradicionais e institucionalizados, um aprendizado. Com efeito, não se trata de reduzir as greves de 2015 a junho de 2013, nem mesmo de confundi-los ao infinito, mas de perceber que as greves de 2015 produzem, em seus próprios e circunstanciais termos, uma espécie de inesperada linha de fuga e continuidade para demandas mais globais que atravessaram os levantes de junho e foram violentamente reprimidas pelas instituições de controle social. O retorno desses conteúdos recalcados só se tornou possível na medida em que os sindicatos passam a organizar as greves gerando uma hibridação pregnante entre a horizontalidade aberta e anárquica de junho de 2013, suas táticas, estratégias e

demandas, e os potenciais organizativos e de catálise dos movimentos sociais mais tradicionais e institucionalizados.

O relativo sucesso das greves de 2015 do ponto de vista político – que não deve ser avaliado exclusivamente pelo alcance de objetivos programáticos, mas deve considerar também os efeitos de poder e de real de que elas se mostraram capazes –, deve-se ao fato de o movimento sindical ter aprendido com junho e com o ciclo global de lutas com que junho estava conectado por ressonância, mostrando-se capaz de reconfigurar seus modos de combate político, aliando formas democráticas radicais a capacidades organizativas imprescindíveis. Nelas, a horizontalidade que aparentemente falta aos modelos tradicionais de organização sindical era realizada como abertura às demandas mais globais do corpo social por direitos e serviços e como híbrido entre a dinâmica organizativa das classes e a lógica de ressonância profunda da multidão. Esse potencial de abertura ao comum permitia um enlace singularmente necessário: nem a classe dos professores cooptava o corpo social (estratégia negativa das mídias oficiais e do governo estadual), nem se via absorvida e homogeneizada em uma coletividade uniforme: os professores e servidores subjetivavam-se e inventavam modos de resistência na condição de sujeitos políticos que transitavam ativamente *entre* classes e multidão, agenciando umas e outra e, a um só tempo, arrancando desse agenciamento as positivities criativas e os potenciais diretivos de resistência.

Antes de ser um movimento puro e simples de categorias, as greves abriram-se sobre o solo comum e heterogêneo das dinâmicas de protesto e das demandas de junho de 2013, dos processos de subjetivação que agenciaram um espaço genuinamente político *entre* as classes organizadas e as formações multitudinárias, e estabeleceram o solo de sua política no terreno mesmo da recusa em bancar uma dívida que não compete ao comum dos homens, embora o poder insista em fazer deles seus devedores irremissíveis.

Eis o que permite ligar a luta pela conservação de direitos sociais dos trabalhadores da educação pública à luta do comum pelo ensino público, gratuito e universal. A educação encerra, por excelência, esse apelo intenso ao comum,

na medida em que os professores e servidores da educação constituem uma classe de trabalhadores imateriais encarregados de tramar o tecido biopolítico que se confunde com a integral do próprio corpo social. As lutas dos professores são travadas no coração do capitalismo cognitivo e tanto encerram como inventam as novas formas de combate e resistência a medidas de austeridade no Brasil, ligadas a processos mais globais de uma máquina capitalista desterritorializada.

Localmente, a greve dos professores e servidores públicos do Paraná, testemunhou a profunda conexão entre o que há de singular e o que há de comum nas lutas do dia, e antecipou alguns dos sentidos soterrados no inconsciente político coletivo, em relação aos quais junho de 2013 foi sua emergência-acontecimento. Entre seus efeitos de real, as greves não apenas alteraram as faculdades sensíveis da multidão, produzindo ali uma repartição dos desejos e das frustrações não mais submetidas aos encantos das propagandas de governo ou dos hipócritas apelos de bom-mocismo. As greves tornaram visível, ainda que de forma precária e efêmera, que a crise que vivemos não é apenas financeira, orçamentária ou técnica: ela é o *lócus* problemático que permitiu entrever o fundo político comum da crise econômica mundial – fundo que, como aprendemos com junho, já não parece mais poder ser suturado por nenhuma ficção representativa.

Referências

A. Referências teóricas

BOUTANG, Yann-Moulier. **Cognitive capitalism**. Translated by Ed Emery. Cambridge: Polity Press, 2011.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Conversações** (1972-1990). Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2008a.

_____.; PARNET, Claire. **Dialogues**. Paris: Flammarion, 2008b.

_____. **Nietzsche et la philosophie**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____.; _____. **Declaração: isto não é um manifesto**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: n-1 edições, 2014.

JUDENSNAIDER, Elena et al. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Tradução de Leonora Corsini. Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Signos, máquinas, subjetividades**. Tradução de Paulo Domenech Neto. São Paulo: n-1 edições, 2014.

_____.; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Tradução de Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. **Ódio à democracia**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

B. Referências conjunturais

ANISTIA INTERNACIONAL Brasil. Ação urgente: Polícia Militar ataca professores em protesto. 12 mai. 2015. Disponível em: <<https://anistia.org.br/entre-em-acao/email/acao-urgente-3/>>

ANTONELLI, D. Em posse de novo comandante da PM, Richa reafirma que havia grupos radicais entre professores. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/em-posse-de-novo-comandante-da-pm-richa-reafirma-que-havia-grupos-radica-is-entre-professores-6eej26ook1k60a3z2rzbunn92>>

AUDI, A. Herdeiros de políticos tradicionais são eleitos deputados no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 out. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/herdeiros-de-politicos-tradicionais-sao-eleitos-deputados-no-parana-eejg2tgt1acuf9c4i0u9kgum>>

APP SINDICATO. Richa reduziu em R\$400 milhões investimento em educação. **Site da APP Sindicato**. Curitiba, 05 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/Include/Paginas/noticia.aspx?id=11635>>

_____; RIBEIRO, D. MP vai processar Richa, Francischini e coronéis por operação de 29 de abril. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/mp-vai-processar-richa-francischini-e-coroneis-por-operacao-de-29-de-abril-759j9ya358jg1h9j27c6zbnlp>>

BARAN, K. Aprovação de Dilma e Richa chega ao pior índice no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/aprovacao-de-dilma-e-richa-chega-ao-pior-indice-no-pr-bdyxcetynnhpobu87zjn74u5>>

BUBNIAK, T.; GALINDO, Rogerio. Defensoria e OAB negam prisão de black blocs em confronto. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/defensoria-e-oab-negam-prisao-de-black-blocs-em-confronto-6rccpkfpm41153vx708i3axfg>>

CALSAVARA, F. Nova decisão da Justiça impede que professores entrem na Alep. **Jornal de Londrina**, Londrina, 20 abr. 2015 <<http://www.jornaldelondrina.com.br/londrina/conteudo.phtml?tl=1&id=1537630&tit=Nova-decisao-da-Justica-impede-que-professores-entrem-na-Alep>>

CARAZZAI, E. H. Beto Richa é reeleito governador do Paraná, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 out. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1527734-beto-richa-e-reeleito-governador-do-parana.shtml>>.

_____. Em greve, professores do Paraná passam Carnaval acampados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 fev. 2015a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1590650-em-greve-professores-do-parana-passam-carnaval-acampados.shtml>>

_____. O que interessa à população são as obras. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 fev. 2015b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/209793-o-que-interessa-a-populacao-sao-as-obras.shtml>>

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e estudos socioeconômicos. **Cesta Básica Nacional**. Salário mínimo nominal necessário. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Consulta em: 12 ago. 2015.

DIREÇÃO ESTADUAL DA APP-SINDICATO. 29 de abril: é dia de luto, é dia para se recordar sempre. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/29-de-abril-e-dia-de-luto-e-dia-para-se-recordar-sempre-20yept1vvez8hclz0f85uad30>>

EFETIVO da PM na Alep é maior do que o aplicado na cidade diariamente. **Paraná Online**, Curitiba, 27 abr. 2015a. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/874366/?noticia=EFETIVO+DA+PM+NA+ALEP+E+MAIOR+DO+QUE+O+APLICADO+NA+CIDADE+DIARIAMENTE>>

FOREQUE, F.; CRUZ, V.; VERSANI, I. Educação e saúde terão novo corte em orçamento; PAC será principal alvo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2015. Disponível: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1662570-educacao-tera-novo-corte-em-orcamento-pac-sera-principal-alvo.shtml>>.

G1 PARANÁ. 'Não há condição de retornar o período letivo', diz APP-Sindicato. **G1 Paraná**, Rio de Janeiro, 05 fev. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/02/nao-ha-condicao-de-retornar-o-periodo-letivo-diz-app-sindicato.html>>

GADINI, Sérgio Luiz (Org.). **Coberturas jornalísticas (de)marcadas**: a greve dos professores na mídia paranaense em 2015. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.

GALINDO, R. W. Frase de Richa revela o erro de cálculo do governo no pacote. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 fev. 2015a. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/frase-de-richa-revela-o-erro-de-calculo-do-governo-no-pacotaco/>

GARCIA, E. L. Em meio à queda de braço, governo do Paraná destaca lista de salários de professores no site. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 mai. 2015a. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/em-meio-a-queda-de-braco-governo-do-parana-destaca-lista-de-salarios-de-professores-no-site-en3axf318d41ikw4xvc7rqyfg>>

_____. PR destaca agora salários de docentes de universidades. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 jun. 2015b. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/pr-destaca-agora-salarios-de-docentes-de-universidades-2s347aszdint7lnlrbg3a4zo4>>

GONÇALVES, A. Paraná, um estado tucano ou antipetista? **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 out. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/colunistas/conexao-brasil/parana-um-estado-tucano-ou-antipetista-eeudk5m44mr1j7rnr311wd5xq>>

GOVERNO anuncia pacote de medidas para pôr as contas em dia. **Paraná TV 2ª Edição**, Curitiba, 02 dez. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/paranativ-2edicao/videos/t/edicoes/v/governo-anuncia-pacote-de-medidas-para-por-as-contas-em-dia/3805461/>>

GOVERNO do Paraná suspende o pagamento de férias de servidores. **G1 Parana**, Rio de Janeiro, 27 nov. 2014b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/11/governo-do-parana-suspende-o-pagamento-de-ferias-de-servidores.html>>

LIMA, J. C. Operação que deixou 234 feridos no Paraná custou R\$ 1 milhão. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 mai. 2015. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,operacao-que-deixou-234-feridos-no-parana-custou-r-1-milhao,1697128>>

MANIFESTANTES ocupam a Assembleia nesta quarta-feira (11); siga. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 fev. 2015a. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/manifestantes-ocupam-a-assembleia-nesta-quarta-feira-11-siga-ejtk14zrpq43l31nu6exency6>>

MENDES, G. Governo gastou R\$ 6,3 milhões com empresa fabricante de armas. **APP Sindicato** (Site). Curitiba, 25 mai. 2015. Disponível em: <<http://appsindicato.org.br/Include/Paginas/noticia.aspx?id=11415>>

PARANÁ TV 2ª Edição destaca marcha de multidão nas ruas do Centro Cívico. **RPC**, Curitiba, 25 fev. 2015^a. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/rpc/noticia/2015/02/parana-tv-2-edicao-destaca-marcha-de-multidao-nas-ruas-do-centro-civico.html>>

PONTES, Felipe Simão. As mediações de um fato social: o uso do frame “black blocs” na cobertura midiática do ‘massacre de 29 de abril’. In: GADINI, Sérgio Luiz (Org.). **Coberturas jornalísticas (de) marcadas**: a greve dos professores na mídia paranaense em 2015. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015, p. 82-99.

PORTAL DO SERVIDOR. **Tabela de vencimento básico e remuneração – QPM**. Disponível em: <<http://www.portaldoservidor.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=64>>. Consulta em: 12 ago. 2015.

RIBEIRO, D. Para 60%, Richa é culpado pelo confronto entre PM e professores. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/para-60-richa-e-culpado-pelo-confronto-entre-pm-e-professores-8j2lx5l8r1orv8jkl2bdawh2i>>

RICHA, B. Radicalismo e violência. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/radicalismo-e-violencia-0jyw34r26jz4kh9gqytj9rgsc>>

RICHA manda funcionários públicos do Paraná reduzirem gastos em 30%. **G1 Paraná**, Rio de Janeiro, 20 out. 2014a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/10/richa-manda-funcionarios-publicos-do-preduzirem-gastos-em-30.html>>

SAIBA qual a posição do Governo do Paraná sobre confusões no Centro Cívico. **Paraná Online**. Curitiba, 29 abr. 2015b. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/875133/?noticia=SAIBA+QUAL+A+POSICAO+DO+GOVERNO+D O+PARANA+SOBRE+CONFUSOES>

SCHMITT, Elaine; BOROSKI, Marcia. Massacre 29 de abril: exemplo de fotojornalismo e construção da memória do Paraná. In: GADINI, Sérgio Luiz (Org.). **Coberturas jornalísticas (de) marcadas**: a greve dos professores na mídia paranaense em 2015. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015, p. 131-143.

SILVEIRA, F. Professores fazem piada com portal da transparência do governo Richa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/professores-fazem-piada-com-portal-da-transparencia-do-governo-richa-74czh9waiqtqo2hphordft32k>>

SOUZA, N.; CARAM, B. Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 out. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>

VEJA a lista dos 54 deputados estaduais eleitos no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 out. 2014. Disponível: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/veja-a-lista-dos-54-deputados-estaduais-eleitos-no-parana-eej7ufpvr1s3as0ts5yfafda>>